

REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MICAL DE MELO MARCELINO

Doutora em Educação da Universidade Federal - UFU, mical.marcelino@ufu.br;

CARLOS APARECIDO SOARES FILHO

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, carlos.soares@ufu.br;

VALÉRIA MOREIRA REZENDE

Doutora em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU valeria.rezende@ufu.br

RESUMO

A educação brasileira é constituída por uma grande diversidade cultural, considerando que os/as estudantes chegam nas instituições de ensino com experiências culturais de uma vida. Estas, serão, em um processo relacional de imersão no ambiente escolar, desconstruídas e reconstruídas, elaborando novas experiências e forma de percepção social. Considerando que os/as estudantes possuem uma concepção a partir de suas vivências sociais do que se trata gênero e sexualidade o grande desafio para o/a profissional docente está na mediação dessas relações, contribuindo com a formação desses/as em relação as questões de identidade de gênero e sexual no cenário da educação básica. A pesquisa tem por objetivo apresentar reflexões acerca da abordagem nas questões de gênero e sexualidade em relação ao currículo educacional. A metodologia da pesquisa permeia a análise documental e a referência bibliográfica.

Palavras-chave: Currículo da Educação Básica, Identidade de Gênero, Identidade Sexual.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas reflexões oriundas da conclusão da pesquisa qualitativa “Gênero e Sexualidade no Contexto da Educação Básica: Perspectivas e possibilidades de abordagem”¹. O objetivo da pesquisa consistiu no levantamento, na sistematização bibliográfica e na indicação de materiais didático-pedagógicos produzidos por autores/as e órgãos governamentais que possam contribuir na construção de debates que auxiliem na construção do conhecimento em relação a identidade sexual e de gênero no contexto da educação básica

Em consonância com as discussões sobre gênero e sexualidade trazidas pelos/as autores/as e analisando a conjuntura escolar e social, é preciso refletir acerca de que modo os documentos que normatizam a educação básica, tal como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estão tratando as questões de gênero e sexualidade.

A organização deste artigo está dividida nos seguintes tópicos: 1. Elucidação junto a autores no que se refere aos conceitos de gênero e sexualidade; 2. Apresentação dos resultados a partir da discussão do papel social das instituições de ensino diante do gênero e sexualidade; 3 Apontamentos sobre a discussão desenvolvida a partir das possibilidades e alternativas observadas a partir da bibliografia analisada e das fontes coletadas.

Discutimos o papel social das instituições educacionais do ensino fundamental a atuação do Estado na incumbência de desenvolver currículos, com a proposta de que para além do conhecimento sistemático, estes incluam as experiências sociais que se relacionem às vivências de diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, faz-se importante abordar as discussões acerca de materiais pedagógicos em relação a essa temática, visto que o/a docente possa utilizar esses em suas práticas pedagógicas.

Considerando que o contexto escolar se dispõe de uma grande diversidade nas relações de gênero e sexualidade é importante que engendrar intervenções que incentivem as discussões e orientações sobre essas questões. A não abordagem ou a abordagem de modo inapropriado pode ocasionar a abertura de espaço para qualquer tipo de intolerância. Essa

1 Pesquisa registrada na PROPP-UFU sob o N° 038/2020, no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica.

pesquisa reúne fontes que oferecem suporte em relação aos debates de gênero e sexualidade.

Apesar de as questões sobre gênero e diversidade sexual despontarem no debate público nos últimos anos, há pouca reflexão e sistematização em torno de experiências sociais de modo elaborado para o ambiente escolar. O levantamento bibliográfico considerou autores que possuem trabalhos com foco em gênero e sexualidade como Butler (1999 e 2015), Louro (2007), Almeida e Vasconcellos (2018) e Santos, Zilene e Soares (2018) e em currículo tal como Arroyo (2013) para trazer a discussão para o ambiente escolar. A proposta foi pensar a produção desses autores em relação ao contexto escolar brasileiro e o papel dos docentes na ampliação de espaços democráticos, considerando que a escola produz e é produzida pela sociedade (PETITAT, 1994).

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os termos gênero e sexualidade são termos “guarda-chuvas” que englobam conceitos que buscam explicar a diversidade dos sujeitos e construções sociais. Gênero é a identificação que se dá de acordo com os comportamentos que a pessoa desempenha em sociedade. Já a sexualidade é nome que se dá aos comportamentos sexuais que o ser humano exerce em seu convívio social. (Louro, 1997)

Para Butler (1990) sexualidade é um amontoado de comportamentos que tem por fim a satisfação dos desejos sexuais. O desejo, é aquilo que nos faz sentir atração sexual. Já o gênero é um conjunto de comportamentos construindo historicamente que defini o papel de cada pessoa na sociedade de acordo com seu sexo biológico, ou seja, o homem desempenha um papel na sociedade, e a mulher outro papel, porém esse comportamento se dá de forma que uma sobrepõe a outra, como a mesma se refere no texto existe apenas o gênero “masculino” e os outros gêneros são apenas “os outros gêneros”.

Há diversos/as autores/as que pesquisam as questões de gênero e sexualidade, e esses termos não se concentram em apenas um conceito. Nesse sentido, o presente tópico tem como intuito dialogar junto aos/as autores/as as concepções que engendram essas questões. A princípio é imprescindível que se compreenda esses termos como resultados das construções e vivências sociais. Segundo Louro, “A construção do gênero e da sexualidade dá-se

ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente” (2008, p. 18), ou seja, em nossas relações sociais, experiências e identificação.

Judith Butler (1990) afirma em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” que gênero é algo distinto do sexo biológico. Ou seja, mesmo que condicionados a pensar desta maneira, os comportamentos que exercemos na sociedade não se limitam ao nosso sexo biológico.

Essa ligação entre sexo biológico e gênero, tal como aponta a autora, é algo historicamente construído. Em consequência disso, essa concepção limita que o indivíduo nascido no sexo masculino, seja automaticamente classificado em seu gênero como homem, da mesma forma a pessoa do sexo feminino tem seu gênero limitado a desempenhar papéis femininos.

Partindo desse contexto, através do senso comum, pessoas com uma visão simplista do que é gênero possuem a ideia de que gênero é um termo binário, ou seja, os indivíduos podem ter apenas um de dois gêneros, onde se separa o masculino do feminino, sendo impossível mesclar ou se abster desses gêneros binários. No entanto, há incontáveis gêneros não-binários, onde as pessoas podem se identificar com ambos os gêneros masculino e/ou feminino, ou então nenhum desses.

A partir desses pontos levantados é possível se ter uma ideia da complexidade do gênero e da sexualidade e a relevância das discussões sobre essa temática. É importante destacar que só em 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) removeu a transexualidade da sua classificação de doenças; a Cid-11 autodenominada “transtorno de identidade de gênero” considerado um transtorno mental.

Em relação a violência contra a população LGBTQIA+² cabe ressaltar que as pessoas trans estão na linha de frente dessa violência, visto que pessoas trans precisam realizar transição de gênero. Já as pessoas cis mesmo possuindo uma sexualidade para além da heterossexualidade, continuam possuindo seu gênero de acordo com seu sexo biológico. As mulheres transexuais, lidam diariamente com o preconceito de serem associadas com a prostituição.

De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a

2 Lésbicas, gays, travestis e transexuais, queer, intersexo, assexual e outros.

deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar. (ANTRA, 2018, p.18)

Encontra-se também uma ambiguidade entre os termos identidade de gênero e identidade sexual. A identidade sexual se refere ao desejo ou a ausência de caráter afetivo e/ou sexual na qual o indivíduo sente. O desejo sexual não é algo orientado, ou condicionado, muito menos uma opção, por isso do termo “identidade sexual” que é algo que se dá através de identificação (BUTLER. 1990). Os desejos sexuais não possuem ligação com a questão de gênero, transsexuais podem ser heterossexuais, gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais etc. Da mesma forma que pessoas cisgênero e pessoas cis não se distanciam do seu gênero, de acordo com seu desejo sexual.

O binarismo segundo Butler (1990) é uma forma de controle de gênero, onde que prende a pessoa em dois gêneros e que segue seu sexo biológico, visto que ambos são termos completamente diferentes, e o fim de definição de gênero seria a libertação para que as pessoas não se prendam a apenas 2 gêneros pré-definidos no nascimento (feminino e masculino). E que é preciso desvincular a questão da aparência física do gênero. A questão da heterossexualidade compulsória, onde as pessoas praticam de forma involuntária por conta de uma construção social é uma problemática e que os LGBTQIA+ ultrapassam a estrutura homofóbica da sociedade, e que o gênero se trata de uma junção do corpo e de comportamentos sociais.

Cabe aqui a questão: quando o ser humano se identifica com seu gênero e sua sexualidade? Desde o nascimento da pessoa, esses dois termos são determinados de acordo com o sexo biológico, ou seja, a criança do sexo masculino, é tratada como homem e heterossexual, e a menina como mulher heterossexual. E assim o sujeito internaliza esse tratamento, impossibilitando o questionamento e a reflexão acerca de qual gênero e sexualidade se identifica.

Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. (BUTLER. 1990, p.38)

A escola tem um papel de caráter formativo fundamental nesse processo, através de discussões, trocas de experiências, culturas, onde o/a

estudante tenha um ambiente para construção de sua identidade de gênero e sexual de maneira voluntária. Porém, é preciso criar estratégias e meios para que se proporcione um ambiente propício para a construção dessas identidades.

O pluralismo e a diversidade de pensamentos são os pilares que sustentam as discussões de gênero e sexualidade, visto que este, demanda visões diferentes e o/a docente encontrará concepções distintas do que é gênero e sexualidade no efetivar de suas discussões.

CONCEPÇÕES PÓS-CRÍTICAS DE CURRÍCULOS E SUAS ABORDAGENS PLURALISTAS E A TEORIA QUEER

As perspectivas pós-críticas de currículo emergiram a partir das décadas de 1970 e 1980 tomadas como matriz teórica, os princípios da fenomenologia e do pós-estruturalismo, articuladas com os ideais multiculturais. Nessa concepção o sujeito foi eleito como foco principal de estudo, advindo a necessidade de aprofundamento, as questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Com uma abordagem pluralista, o objetivo de tais estudos é desconstruir discursos dominantes historicamente constituídos e reconstruir novas concepções.

O viés pós-crítico de currículo passou a considerar a ideia de que não existe um conhecimento único e dogmatizado, mas que resulta de perspectiva histórica construída que passa por mutações nos diferentes espaços e tempos.

O currículo pós-crítico busca realizar transformações no campo educacional, no sentido de apontar para práticas educacionais com uma multiplicidade sentidos, a partir de diferentes linguagens e subjetividades que vão sendo moldadas de acordo com as nossas possibilidades e invenções. De acordo com Corazza:

Nenhuma pedagogia e nenhum currículo ultrapassam ou substituem os anteriores, em direção ao melhor, mais avançado, mais perfeito. Mas cada pedagogia e cada currículo, cada um de nós, todos os grupos, ações, palavras, políticas, países, povos, indivíduos somos: em metamorfose, híbridos, mestiços, multifacéticos, polimorfos, de traços caleidoscópicos. Somos velhos e novos, pretos e brancos, homens e mulheres, grandes e pequenos, ricos e pobres. Somos os neutros e os da suspeita. Somos sempre muitos, que compõem o desafio educacional do aqui-e-agora. (CORAZZA, 2005, p. 10)

Como apontado pela autora, o currículo pós-crítico exige mudanças diante da estabilidade do currículo tradicional. A partir da reorientação dos currículos escolares é preciso promover um movimento de mudanças na reconstrução de saberes e de vivências. Essa busca de novos caminhos tem o objetivo de representar e incluir os grupos historicamente marginalizados e excluídos na sociedade, incluindo o ambiente escolar. “O currículo não é uma ação neutra, mas sim, um espaço para elaboração de novas possibilidades, de seguir caminhos desconhecidos, de modificar sentidos preestabelecidos e viver novas conexões” (SILVA e SANTOS, 2020, p. 196).

Na esteira dessas novas concepções surge a teoria *queer* no início dos anos 90 fundamentada por pesquisadores que se embasaram teoricamente pelos estudos de Foucault, principalmente em relação ao livro História da Sexualidade (1988). Nessa obra o autor aprofunda a crítica sobre questões de gênero e a sexualidade com a finalidade de engendrar-la às teorias pós-críticas e pós-identitárias.

A construção discursiva das sexualidades, exposta por Foucault, vai se mostrar fundamental para a teoria *queer*. Da mesma forma, a operação de desconstrução, proposta por Jacques Derrida, parecerá, para muitos teóricos e teóricas, o procedimento metodológico mais produtivo. Conforme Derrida, a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos: este é um pensamento que elege e fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado. (LOURO, 2001, p.548)

A teoria da sexualidade foucaultiana tem por objetivo refletir acerca da importância da identidade sexual e de gênero, ou seja, precisamos nos conhecer sexualmente falando, reconhecer nossos desejos, e a partir disso desenvolver e desconstruir a estranheza perante a sexualidade, é preciso ter a ideia da normalidade e compreender que isso faz parte do ser humano sendo importante reforçar que isso acontece independente de gênero e orientação sexual. Cabe ressaltar que fatores sexuais além de relevantes para o corpo é importante para fatores psíquicos, visto que através dessas relações consequentemente auxilia na construção da identidade do ser humano, já que o sexo faz parte da identidade humana. (FOUCAULT, 1988)

A teoria *queer* se efetiva como objeto de pesquisa de um grupo de intelectuais que buscam compreender as questões de gênero e sexualidade como aspectos naturais da vivência humana a fim de romper com os padrões

de gênero, nos quais estão intrinsecamente presentes na sociedade. Busca principalmente refletir sobre outras perspectivas para além do binarismo em relação as questões de gênero e sexualidade.

Butler, como outros teóricos *queer*, volta sua crítica e sua argumentação para a oposição binária heterossexual/homossexual. Esses teóricos e teóricas afirmam que a oposição preside não apenas os discursos homofóbicos, mas continua presente, também, nos discursos favoráveis à homossexualidade. Seja para defender a integração dos/as homossexuais ou para reivindicar uma espécie ou uma comunidade em separado; seja para considerar a sexualidade como originariamente 'natural' ou para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam da referência à heterossexualidade como norma. (LOURO, 2001, p.549)

Considerando que ainda estamos em um contexto na qual se percebe socialmente a influência binarista ou a cultura masculina/feminino, é importante ressaltar que ainda prevalece uma estrutura jurídica que segrega as pessoas que não se enquadram nesse padrão imposto. Isso se dá porque o registro documental possui o modelo binarista e tudo que está para além disso não há registro, o que dificulta a representação perante a lei de pessoas de gênero fluído. A ideia de gênero é uma construção cultural que precisa ser reconstruída, para garantir a inclusão de todas as pessoas e suas respectivas escolhas. (BUTLER, 1990)

A escola é um ambiente orgânico e dinâmico, na qual atua como mediadora da construção identitária dos/das estudantes e a construção do conhecimento. Pensando no papel social das instituições de ensino que busca a transformação dos seres humanos através da educação, é imprescindível abordar nos currículos escolares aspectos da teoria *queer*. E para isso, é preciso pensar em abordagens que enfoque no outro a partir das diferenças entre as pessoas.

Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir

que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam. (LOURO, 2001, p.550)

Para isso precisamos ponderar sobre o papel social das instituições de ensino em relação as questões de gênero e sexualidade, como também, considerar na escrita a abordagem dos currículos da educação brasileira e a sua abordagem sobre essas temáticas.

O PAPEL SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUNDAMENTAL E A INSERÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Os currículos são documentos que direcionam o/a docente em relação aos conteúdos utilizados em sua prática pedagógica no contexto educacional. O foco desse relatório é a educação básica, portanto, utilizamos como fonte de análise curricular os princípios contidos na Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017) A BNCC é documento relevante, pois tem por objetivo normatizar a aplicação de conteúdos escolares de acordo com eixos temáticos e o ano escolar desses/as estudantes.

Esses documentos são desenvolvidos em uma perspectiva de um conhecimento que normatiza as relações humanas e os saberes, em que os/as docentes são reprodutores daquele conhecimento. Isto impacta diretamente na desvalorização da categoria docente, estigmatizando os participantes do processo educativo como incapazes de produzir conhecimento. Segundo Arroyo (2013, p. 116) “O currículo é tratado como se fosse possível a separação entre experiência e conhecimento”.

Essas perspectivas de currículo ligadas aos modelos tradicionais não se preocupam em fazer qualquer questionamento mais radical sobre os arranjos educacionais existentes às formas dominantes de conhecimentos ou de uma maneira geral à forma social dominante (SILVA, 1999, p. 29).

De acordo com Arroyo (2013), os/as docentes, no processo de mediação da construção do conhecimento, utilizam das vivências dos/das estudantes como uma forma de incentivo com o objetivo de prender a atenção dos/das mesmos/as, porém, ignorando o fato dessas experiências também serem conhecimento. O autor ressalta que “Reconhecer que todo conhecimento é uma produção social, produzido em experiências sociais e que toda

experiência social produz conhecimento pode nos levar a estratégias de reconhecimento” (2013, p.117). É preciso refletir sobre a importância dos saberes experienciais no ambiente escolar, visto que, os/as estudantes e os/as professores possuem vivências que possibilitam uma troca de conhecimentos que estão excluídos dos currículos.

Pensando nessa perspectiva curricular tradicional, Tomaz tece uma crítica sob a ótica do movimento feminista:

De acordo com essa teorização feminista, há uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres com os primeiros apropriando-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Essa repartição desigual estende-se obviamente, à educação e ao currículo. (SILVA, 1999, p. 29)

Incorporar as experiências tanto dos/das docentes, quanto dos/das discentes é uma forma de legitimação dos sujeitos como ativos no processo de construção do conhecimento, não apenas como receptores do conhecimento sistematizado no currículo, mas também como produtores de conhecimento. Os/as estudantes, através do diálogo e da convivência, conhecem outras culturas, e esse tipo de conhecimento poderia estar representado no currículo. Esse movimento é de suma importância para que os/as discentes se sintam parte e sejam ativos no processo de construção do conhecimento.

O currículo, através dos seus conhecimentos sistematizados, pode ser usado como uma ferramenta de opressão de gênero e sexualidade.

A hierarquização das diversidades em razão da política de dominação que configura nossa formação social, gera uma tensão que chega aos currículos pressionados para reconhecer a diversidade de sujeitos que chegam às escolas carregando suas experiências e seus conhecimentos. ARROYO (2013, p. 117)

É através dos currículos que se define o que é ou não conhecimento sistemático, ou seja, por meio desse documento é realizada a normatização dos conteúdos que se devem ser trabalhados nas escolas. Esses conteúdos podem ser utilizados e adaptados, tornando o currículo uma ferramenta de opressão para as minorias sociais que não possuem seus direitos conquistados consolidados na esfera social.

É preciso refletir acerca da permanência dos/das estudantes LGBTQIA+ visto que enquanto o currículo e as instituições de ensino continuarem

ignorando as questões de gênero e sexualidade da educação básica, esses/as discentes não se sentiram representados.

Os currículos, sendo fiéis a esses critérios de validade e de racionalidade, tem de ignorar não apenas outros modos de pensar, outros saberes, e leituras de mundo, mas têm de ignorar os sujeitos desses outros modos de pensar. Ignorar, ocultar, tratar como inexistentes para a história intelectual os coletivos populares. (ARROYO, 2013, p.141)

Essa não identificação dos/das estudantes em relação ao currículo pode resultar na evasão escolar, visto que o ocultamento desses/as sujeitos/as é uma forma de opressão. Considerando que com a falta de representatividade, esses/as se sentem à margem da sociedade.

Não há dados concisos que comprovem a porcentagem em relação a evasão escolar LGBTQIA+ na educação básica, porém a “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/das Graduandos/as das IES – 2018” organizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019) mostra que travestis e transexuais constituem em 0,1% do total de alunos das instituições federais de ensino superior. Esses dados escancaram da desigualdade das condições de acesso e nos fazem questionar a respeito dos percalços encontrados pelos/as estudantes LGBTQIA+ da educação básica para conseguir chegar no ensino superior.

Além disso, nos últimos anos tem emergido projetos com intuito de cerceamento da autonomia docente em relação a pautas em relação às temáticas sociais, como o Projeto Escola Sem Partido.

Em 2016, foi apresentado no Senado Federal o projeto de lei (PL) n. 193/2016, de autoria do senador pelo estado do Espírito Santo, Magno Pereira Malta, do Partido da República, que visa a incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a lei n. 9394/1996 (Brasil, 1996), o Movimento Escola sem Partido (ESP). (GUILHERME, A. A. PICOLI, B. A. 2018, p.3)

Projetos como o descrito conservam a ideia de que a escola tem como objetivo apresentar os conhecimentos sistematizados, e que a educação é objetivo dos familiares ou responsáveis dos/das estudantes. Iniciativas como essa reforçam que a educação precisa ser neutra e não tratar de pautas sociais:

O movimento mantém um site (<http://www.escolasempartido.org/>) em que expõe seus objetivos, disponibiliza artigos pretensamente isentos de ideologia e instrui pais e estudantes sobre procedimentos para denunciar professores que supostamente estejam utilizando as salas de aula como púlpito. (GUILHERME, A. A. PICOLI, B. A. 2018, p.3)

Esse projeto arquivado na Câmara dos Deputados em 11 de dezembro de 2018, tratava basicamente de policiar as discussões voltadas para as pautas sociais, por “favorecer” certa ideologia. Propunha que a educação fosse voltada para o princípio tecnicista, onde, os/as estudantes constroem conhecimentos formativos para o mercado de trabalho.

Nos documentos oficiais do ESP, encontra-se o termo “ideologia de gênero” ligado a discursos conservadores, falsamente relacionado a outras expressões como “antifamília” e também como um ataque e uma “doutrinação” de jovens e adolescentes. Porém, Costa e Silva (2019, p.505) assevera que:

Essa concepção representa uma falsa concepção, pois a discussão sobre gênero tem, a bem da verdade, o papel humano e social de desconstruir padrões de desigualdade, de machismo, de homofobia, e de trazer à tona representações reais de família homoafetiva, monoparental, coparental e outras.

A Base Nacional Comum Curricular é a subvenção que tem por objetivo engendrar e construir atividades com a finalidade de desenvolver as capacidades dos/das estudantes. Por esse motivo, nos deteremos à BNCC, com o intuito contribuir com as discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente da educação básica escolar ou não, nas questões de gênero e sexualidade. Nas competências gerais do documento encontram-se os pontos norteadores que fundamentam a organização do documento. Dentre os objetivos, encontra-se:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2017, p.7)

É importante notar que no decorrer do processo de aprovação da BNCC, as versões preliminares sofreram forte interferência da Bancada Evangélica:

Em abril de 2017 foi entregue a versão final da nova BNCC, documento que orientará a elaboração dos currículos educacionais a nível nacional nas esferas pública e privada. Atendendo à solicitação de retirar do documento final os termos gênero e orientação sexual, feita ao presidente Michel Temer (PMDB) por deputados da chamada bancada evangélica, o MEC, sob a batuta do Ministro Mendonça Filho (DEM), atendeu ao pedido e os termos foram retirados. (SANTOS. Amarildo Inácio dos, 2018, p. 3)

Os termos gênero e sexualidade precisam estar explicitados em documentos como a BNCC. Tais termos, quando são relativizados e suprimidos do currículo, inviabilizam essas discussões, visto que se não se encontra no documento e não se enquadra em um saber sistematizado reconhecido pelos órgãos institucionais de educação.

Sobre a supressão dos termos “gênero e sexualidade” dos currículos, passamos a discorrer.

A partir de uma busca pela palavra “gênero” na BNCC as aparições são pontuais e se limitam identificar os gêneros textuais no Ensino Fundamental. O conceito não está associado à ideia de gênero enquanto construção social em torno dos atributos femininos e masculinos, conforme identificamos na área dos estudos de gênero, o que nos fez pensar que na Base não há espaço para essa discussão. (SILVA, MARASCHIN, FUNARI, MELLO, JUNQUEIRA, 2020, p.167). E quanto ao conceito “sexualidade”, o BNCC se restringe aos mesmos descritores.

Podemos perceber que a abordagem da sexualidade centra-se na dimensão biológica, pois o documento a conecta com a área de ciências, enfatizando o estudo e conhecimento da reprodução e da importância dos cuidados com o corpo e prevenção de doenças. (SILVA, MARASCHIN, FUNARI, MELLO, JUNQUEIRA (2020, p.167)

Nesse sentido, percebe-se que a BNCC ignora os termos “gênero e sexualidade” como parte da identidade humana, sem tratá-la como construção social e humana. Com isso, esses termos são deslegitimados em relação aos conteúdos sistematizados.

O papel social das instituições de ensino é regulamentado pelo seu Projeto Político Pedagógico, documento que define os princípios de atuação das escolas. Segundo Guedes, Silva e Garcia (2017)

A construção do PPP é complexa, pois a instituição escolar está inserida em um contexto social e cultural diverso e rico

em identidades. O desafio está em administrar essa diversidade e construir identidade e cultura próprias que unam e orientem as relações dos sujeitos. [...]. Logo, valorizar as diferenças é, sem dúvida, fundamental para que o PPP se torne aprendizado do exercício de cidadania.

Sendo o Projeto Político Pedagógico o documento de maior autonomia das instituições de ensino, deve ser construído de maneira democrática e participativa, contando com a atuação de toda comunidade escolar. De modo que consiga contemplar demandas da comunidade LGBTQ+, abarcando as temáticas de gênero e sexualidade, em respeito à pluralidade de ideias e a diversidade cultural, tal como preconizado pela BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa, constatou-se a importância dessas discussões em relação a documentos que normatizam a educação, como a Base Nacional Comum Curricular e os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino enfocando no EF como o seu silenciamento a suprimir o desenvolvimento dos sujeitos e de seus saberes no ambiente escolar.

Ao longo da pesquisa, do levantamento e sistematização das fontes e da bibliografia escolhida foi possível notar que os padrões heteronormativos estão enraizados nas práticas sociais que, de certa forma, conformam as práticas pedagógicas no contexto da educação básica. Este é um movimento que articula a bagagem de vida dos/as estudantes, por meio da qual produzem e reproduzem entendimentos construídos a partir da mídia, do contexto familiar e social.

A construção social do currículo tem sido traduzida historicamente, em um conjunto de crenças e valores que reconhecem como legítimo o homem identificado como masculino, branco, heterossexual, burguês, dotado de sanidade física e mental. O que destoia desse perfil é estigmatizado como anormal e que, portanto, deve ser excluído do meio social.

Negar as questões de gênero e sexualidade nos currículos da educação básica estimula manifestações de preconceito e LGBTfobia aos sujeitos com identidades de gênero e sexualidade dissidentes. Estimular tais práticas, ainda que não estejam explícitas nos documentos oficiais, resultam a sua disseminação por meio dos currículos ocultos e atos de violências verbais, físicas e simbólicas.

Nesse contexto de apagamento das questões de gêneros na educação brasileira, traduzidas pela BNCC da Educação Básica, potencializa o acirramento das situações de agressão contra grupos subalternizados e minorias excluídas.

Partindo deste ponto, indica-se que a atuação docente e a organização curricular devem articular as dimensões pelas quais os sujeitos se identificam na vida em sociedade para que sejam participantes do contexto educacional. Tem-se em conta que a instituição de ensino não só forma com o objetivo da educação voltada para os conhecimentos sistemáticos, mas também para as práticas sociais em contextos de cidadania.

A educação básica tem o papel social de proporcionar um cenário na qual os/as estudantes projetem esse contexto em relação a gênero e sexualidade em um futuro. Ou seja, se a/o sujeito/a participante se sente parte desse processo conseguirá se projetar através desse cenário em suas relações sociais.

Nesse conjunto de proposições, a teoria *queer* que enquadra-se nas teorias pós-críticas, possibilita a reflexão de que a sexualidade não é binária e que as questões de sexo, sexualidade e gênero nos currículos, não deve ser definida simplesmente por aspectos biológicos, mas também por construções sociais e culturais.

Os currículos escolares devem direcionar a formação de identidades abertas à pluralidade cultural, isenta de preconceitos e que promova a cidadania e os valores éticos nas relações entre pessoas. Numa perspectiva *queer*, o direcionamento da educação sexual abordada nas escolas pode dirimir a adoção de práticas preconceituosas por meio da adesão a modelos comportamentais estereotipados.

O que está em jogo é a necessidade de ampliar o entendimento sobre as práticas sexuais, reconhecendo o homem para além do sujeito macho, viril, hétero e reprodutor, assim como a mulher como uma fábrica geradora de pessoas. Nesse sentido a teoria *queer* se apresenta como alternativa viável para desmistificar o pensamento heterocentrado que dogmatiza o ato sexual com finalidade exclusivamente reprodutora.

Faz-se necessário a inclusão de uma pedagogia *queer* nos currículos escolares no sentido de problematizar e ressignificar a forma como os gêneros, as sexualidades são tratados tanto nas escolas de educação básica, como nos cursos de formação de professores.

Da mesma forma é mister que educadores e educadoras, sensíveis as questões de gêneros e sexualidade desenvolvam estratégias para trabalhar

a transversalidade do currículo e estimular um diálogo profundo sobre essas questões. Se a Base Nacional Comum Curricular não respalda e nem legitima a abordagem dessas temáticas e a sua negação estimular a perseguição dos que a defendem, devemos caminhar rumo à busca de ações concretas de resistência e superação. Diante disso, é premente uma proposta de educação mais subversiva, ousada e irreverente, pois *queerizar* é preciso!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de. VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? SP, **Revista Direito GV**, 2018.

ANDIFE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/das Graduandos/as das IES - 2018. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis** – FONAPRACE, Brasília, DF, 2019

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, BRASIL, 2018

ARROYO, Miguel G. As experiências sociais disputam a vez no conhecimento. In: **Currículo, território em disputa**. 5° ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 115-146.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero**. Produzido com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC. 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar; revisão técnica de Joel Birman. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CORAZZA. Sandra Mara. **Nos tempos da educação: cenas de uma vida de professora**. V.13, n. 12, 2005. Disponível em: <http://www.abemededucacaomusical.com>.

br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/329. Acesso em: 16 de setembro 2021

COSTA, Regina Rodrigues, SILVA Ainda Moneteiro. Abordagens de Gênero e Sexualidade: Um contraponto ao Escola Sem Partido. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 26, p. 499-512, mai./ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GUEDES, J. V. A. M. F. SILVA. L. T. S. GARCIA. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, p.580-595, set./dez. 2017.

GUILHERME, Alexandre Anselmo. PICOLI, Bruno Antonio. Escola Sem Partido: Elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**: Rio de Janeiro, RJ, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56), p.17-23, maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, GUACIRA LOPESTeoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2001, v. 9, n. 2, p. 541-553.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SANTOS, Amarildo Inácio dos. A Nova Base Nacional Comum Curricular: Uma análise da exclusão dos termos gênero e orientação sexual à luz de Michel Foucault. Santa Catarina: 2018.

SANTOS, N. R. L. D. PEREIRA, Sara. SOARES, Z. M. P. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação

básica: um olhar para o ensino de ciências. V Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Goiás. 2018.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e SANTOS, Raquel Amorim dos. O currículo pós-crítico: uma experiência na escola de Ensino Fundamental em Vitória/ES. **Nova revista Amazônica**, vol. VIII, n. 02, setembro de 2020

TRANSEXUAIS, A. N. T. (org). BENEVIDES, Bruna. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil. Brasil, 2018.